

# ORA newsletter

---

Nº 69 – OUTUBRO/2012  
(circulação limitada)

## Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Setembro de 2012	1
Internacionalização das PME	2
Alterações Recentes ao Código do IVA	6
Revisores e Auditores	8

## LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – SETEMBRO DE 2012

**Ministério da Justiça - Portaria n.º 285/2012 de 20 de Setembro** - Regula a certidão permanente de registos e de documentos e a certidão permanente do pacto social actualizado.

**Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 210/2012 de 21 de Setembro** - Aprova a 3.ª e a 4.ª fases do processo de reprivatização indirecta do capital social da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A.

**Ministérios das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social - Decreto Regulamentar n.º 50/2012 de 25 de Setembro** - Procede à segunda alteração ao Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que regulamenta o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

**Ministérios da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social - Decreto-Lei n.º 213/2012 de 25 de Setembro** - Procede à definição do regime de celebração de acordos de regularização voluntária de contribuições e quotizações devidas à segurança social, autoriza o pagamento diferido de montante de contribuições a regularizar em situações não resultantes de incumprimento e prevê uma dispensa excepcional do pagamento de contribuições.

De acordo com o diploma, quando sejam previstas em resolução do Conselho de Ministros medidas de revitalização económica e recuperação e viabilização empresariais, o Instituto da Segurança Social, pode, através da celebração de acordos de regularização voluntária, autorizar o pagamento diferido de contribuições e quotizações em dívida relativas a um período máximo de três meses e que não tenham sido objecto de participação para efeitos de cobrança coerciva. Os acordos abrangem a totalidade da dívida constituída, bem como os juros de mora vencidos e vincendos até integral pagamento.

# ORA newsletter

---

**Nº 69 – OUTUBRO/2012**  
(circulação limitada)

## **A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PME**

### **Introdução**

A interdependência das economias, juntamente com a liberalização e a forte concorrência em mercados cada vez mais globais, tem obrigado as empresas a desenvolver esforços e estratégias activas de internacionalização que assegurem a sua competitividade e lhes permitam apropriar-se dos ganhos resultantes da progressão na cadeia de valor dos produtos, através do desenvolvimento e controlo das funções de distribuição e comercialização.

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas promoveu, recentemente, um encontro com a AICEP Portugal Global – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal sobre o tema “A Internacionalização das PME”, cujo objectivo foi dar a conhecer a forma como a AICEP pode apoiar as empresas portuguesas no seu processo de internacionalização, criando um ambiente de negócios competitivo que contribua para a globalização da economia portuguesa.

A AICEP resultou da fusão, em 2007, entre a Agência Portuguesa para o Investimento (API) e o Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP) e presta serviços de suporte e aconselhamento sobre a melhor forma de abordar os mercados externos, identifica oportunidades de negócios internacionais e acompanha o desenvolvimento de processos de internacionalização das empresas portuguesas, nomeadamente, as pequenas e médias empresas.

A AICEP é também a Agência responsável pelo acolhimento de todos os projectos de investimento estrangeiro em Portugal fazendo, se necessário, o seu posterior encaminhamento para outras entidades em função do perfil do projecto.

A AICEP actua de acordo com o princípio da selectividade prestando um serviço aos projectos que melhor concorram para a competitividade e sustentabilidade da economia portuguesa contribuindo para os objectivos de aumentar o valor acrescentado bruto, reduzir o défice da balança comercial e criar emprego.



Os principais factos sobre a AICEP são os seguintes:

- Entidade pública de natureza empresarial, flexível, livre de encargos e serviços simplificados, que visa a promoção da internacionalização de empresas portuguesas e a da sua actividade exportadora, a captação de investimento estruturante e promoção da imagem de Portugal.
- É uma Agência com abordagem centrada no cliente / investidor.
- Negoceia directamente com as empresas através de uma abordagem adaptada às suas necessidades.
- É o único ponto de contacto em todas as fases nos processos de investimento.

# ORA newsletter

---

Nº 69 – OUTUBRO/2012  
(circulação limitada)

## Guia do Investidor

Na diversa documentação disponibilizada pela AICEP destacamos o “Guia do Investidor” onde são formuladas respostas às diversas questões que surgem às empresas quando sentem necessidade em exportar.

Efectivamente, a venda de produtos e serviços fora do território geográfico nacional é a forma mais simples e mais frequente de desenvolvimento no mercado externo, pressupondo riscos acrescidos por comparação com a actuação no mercado doméstico, por estarem em causa actividades económicas que extravasam o conhecimento da empresa e dos referidos mercados para onde se quer exportar.

Assim, é preciso estar atento à complexidade e evolução dos riscos associados ao negócio internacional (financeiro, político, legislativo, fiscal, cambial). A multiplicidade de países envolvidos neste negócio gera um conjunto de problemas cuja solução exige o recurso a adequadas fontes de informação e a uma previsão da evolução prospectiva de um determinado conjunto de variáveis, conforme é sublinhado pela AICEP.

Para além da venda de produtos ou serviços as empresas podem ter acesso aos mercados externos por via do investimento directo ou através de mecanismos contratuais via concessão, licenciamento e/ou franchising.

## As PME Nacionais e a Exportação



As empresas exportadoras portuguesas ainda vendem no estrangeiro mais como consequência de um processo de crescimento e em resposta a consultas concretas e a pedidos de operadores externos do que em função de uma opção estratégica de internacionalização. Muitos dos exportadores não efectuam promoção externa e a maior parte utiliza canais de distribuição alheios.

Contudo, neste contexto, e em resposta a pressões da concorrência internacional com impacto no mercado interno e às limitações do próprio mercado doméstico, as empresas exportadoras rapidamente tomaram consciência dos benefícios decorrentes de procedimentos e planeamento integrados e de uma estratégia global para a expansão dos seus negócios.

## Vantagens da Exportação

As principais **vantagens da exportação** relacionam-se com o acesso a novos mercados:

- Prossecução de objectivos de crescimento e/ou de diversificação geográfica da base de negócios das empresas, alargando, com frequência, o ciclo de vida normal dos produtos e nivelando flutuações sazonais de produção.

# ORA newsletter

---

Nº 69 – OUTUBRO/2012  
(circulação limitada)

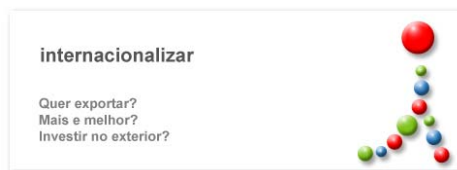
- Obtenção de margens comerciais acrescidas, permitindo o alargamento das bases de pesquisa, inovação e desenvolvimento de produto.
- Aproveitamento de vantagens competitivas detidas e/ou exploração de oportunidades de negócio existentes em nichos de mercado estrategicamente escolhidos que sustentam também a competitividade (capacidade concorrencial), a prazo, a nível interno.
- Avanço na cadeia de valor do produto e procura de economias de escala, através da agregação de maior valor aos produtos/serviços fornecidos.
- Acompanhamento da internacionalização dos clientes.
- Necessidade de proteger os seus mercados naturais, fazendo face à concorrência internacional acrescida e de criar massa crítica empresarial que permita os desejados aumentos de produtividade e competitividade.

## Barreiras à Exportação

Ao nível dos **entraves à exportação**, os mesmos agrupam-se em duas categorias:

- Barreiras Tarifárias ou Pautais - de natureza quantitativa e relacionados com direitos aduaneiros e taxas que incidem sobre os produtos importados nos mercados de destino.
- Barreiras Técnicas ou Não Tarifárias - de ordem qualitativa e respeitantes a procedimentos de diversa natureza, designadamente documentação necessária, regulamentação técnica a cumprir, certificados, licenças, inspecções, ou particularidades específicas de um determinado mercado.

As maiores **barreiras psicológicas** à penetração nos mercados, via exportação, decorrem do desconhecimento das principais matérias envolvidas na actividade exportadora e do receio dos riscos acrescidos que essa situação envolve.



## Sistema de Incentivos Financeiros

No âmbito do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) e através dos diferentes Programas Operacionais com o apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, são efectuadas intervenções nos domínios do Potencial Humano, Factores de Competitividade da Economia e na Valorização do Território.

A Agenda Operacional para os Factores de Competitividade abrange as intervenções que visam estimular a qualificação do tecido produtivo, por via da inovação, do desenvolvimento

# ORA newsletter

---

**Nº 69 – OUTUBRO/2012**  
(circulação limitada)

tecnológico, do estímulo do empreendedorismo e de uma crescente orientação para os **mercados internacionais**, bem como da melhoria das diversas componentes da envolvente da actividade empresarial.

No quadro desta Agenda, os **Sistemas de Incentivo** ao investimento das empresas são um dos instrumentos fundamentais das políticas públicas de dinamização económica, designadamente em matéria da promoção da inovação e do desenvolvimento regional, designadamente:

- Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME;
- Sistema de Incentivos à Inovação;
- Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT).

## Conclusões

As circunstâncias económicas difíceis que atravessamos no mercado interno traduzem-se na necessidade das empresas encontrarem soluções para escoarem os seus produtos ou serviços para outros mercados.

Neste processo, necessariamente complicado e com diversas barreiras, as entidades não estão sozinhas e podem encontrar apoios efectivos ao processo de internacionalização nas componentes técnica, administrativa, logística e financeira. Assim, recomenda-se a consulta da informação disponibilizada pela AICEP, dos protocolos celebrados com as instituições financeiras, e do sistema de incentivos financeiros em vigor.



**Pedro Bastos**

## Bibliografia:

- *Encontros na Ordem – “A Internacionalização das PME” – AICEP (20 de Setembro de 2012)*
- *Informação disponibilizada em [www.portugalglobal.pt](http://www.portugalglobal.pt)*

# ORA newsletter

---

**Nº 69 – OUTUBRO/2012**  
(circulação limitada)

## **ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DO IVA**

### **Enquadramento**

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 197/2012, de 24 de Agosto, foram introduzidas várias alterações ao Código do IVA, entre as quais destacamos as relativas às regras de facturação.

Foi igualmente publicado o Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de Agosto, o qual procede à criação de medidas de controlo da emissão de facturas e outros documentos com relevância fiscal e respectivos aspectos procedimentais.

Com a entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2013 do diploma referido no parágrafo anterior, os sujeitos passivos de IVA estabelecidos em território nacional terão que comunicar à Autoridade Tributária, por transmissão electrónica de dados, os elementos das facturas emitidas, até ao dia 8 do mês seguinte ao da emissão da factura.

Nessa mesma data, entrarão em vigor alterações ao nível do regime de bens em circulação, designadamente:

- Alterações no processamento de documentos de transporte, nomeadamente através da introdução de diferentes modalidades de emissão, e;
- Obrigação de comunicar à Autoridade Tributária os elementos dos documentos, antes do início do transporte.

### **Regras de Facturação**

A obrigatoriedade de emissão de factura por cada transmissão de bens ou prestação de serviços, independentemente da qualidade do adquirente dos bens ou destinatário dos serviços, ainda que estes não a solicitem.

Deste modo, deixa de ser permitida a emissão de documentos de natureza diferente da factura para titular a transmissão de bens ou prestação de serviços aos respectivos adquirentes, sob pena de aplicação das penalidades legalmente previstas. Contudo, esta obrigatoriedade poderá ser cumprida através da emissão de uma Factura Simplificada, apenas nas seguintes situações:

- Transmissões de bens efectuadas por retalhistas ou vendedores ambulantes a não sujeitos passivos, quando o valor da factura não for superior a 1.000 euros;
- Outras transmissões de bens ou prestações de serviços em que o montante da factura não seja superior a 100 euros.

No que respeita à facturação electrónica, para além de existir uma simplificação dos requisitos de utilização, nomeadamente a possibilidade de se optar por meios alternativos aos actuais EDI (*Electronic data interchange*) e assinatura electrónica avançada. O diploma determina o direito de acesso das autoridades competentes dos Estados membros ao carregamento e à utilização

# ORA newsletter

---

**Nº 69 – OUTUBRO/2012**  
(circulação limitada)

dos dados constantes das facturas emitidas e recebidas por via electrónica, em que o IVA seja devido nesse Estado membro.

Foram também alteradas as menções dos regimes de tributação aplicáveis a constar nas facturas, como por exemplo, no que respeita ao regime de Inversão do Sujeito Passivo, as facturas emitidas passam a conter a expressão “IVA – Autoliquidação” em vez de “IVA devido pelo adquirente”, e a obrigatoriedade de inclusão da menção “autofacturação” aquando da elaboração de facturas por parte do adquirente dos bens ou dos serviços.

As alterações mencionadas anteriormente entrarão em vigor em 1 de Janeiro de 2013, com excepção das respeitantes às regras de facturação electrónica que produziram efeitos a partir de 1 de Outubro de 2012.



**Ivo Morais**

**Bibliografia:**

- Decreto-Lei n.º 197/2012, de 24 de Agosto
- Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de Agosto
- Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA)

# ORA newsletter

---

Nº 69 – OUTUBRO/2012  
(circulação limitada)

## REVISORES E AUDITORES

A Comissão do Controlo de Qualidade (CCQ) da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas divulgou, recentemente, o Relatório Anual de Controlo de Qualidade, destacando-se os seguintes excertos do referido documento:

- i) Os **controles de qualidade programados** têm vindo a abranger a totalidade dos revisores e sociedades de revisores de entidades de interesse público, em períodos de três anos, e os restantes revisores e sociedades de revisores em períodos de seis anos.
- ii) Os controles de qualidade programados incluem um **controlo horizontal** incidente sobre cada uma das entidades sorteadas em sorteio público e **controles verticais** incidentes sobre dossiês dessas entidades identificados no sorteio ou escolhidos pela CCQ a partir dos mapas anuais de actualização profissional submetidos à Ordem pelos revisores e sociedades de revisores.
- iii) Os **controles de qualidade não programados** resultaram de deliberação do Conselho Directivo visando avaliar a qualidade de trabalhos específicos em resposta a factos e situações previstas no regime jurídico.
- iv) Os controles de qualidade têm vindo a ser executados por **controladores/relatores seleccionados anualmente**, de entre as candidaturas recebidas de revisores que preenchem determinados requisitos, nomeadamente, a de **experiência relevante** de pelo menos cinco anos em revisão legal das contas/auditoria, resultados satisfatórios em controlo de qualidade a que tenham sido sujeitos, frequência de acção de formação sobre o controlo de qualidade, entre outros.
- v) Para a realização dos controles existem guias (questionários) pré definidos por sector de actividade para o controlo vertical, sendo que quanto ao controlo horizontal o mesmo incluiu a análise das questões da **independência**, da formação contínua, da **ética e deontologia**, da **adequação dos recursos** e, ainda, a descrição e avaliação do **sistema interno de qualidade**.

O documento integral pode ser consultado no site da Ordem ([www.oroc.pt](http://www.oroc.pt)).

*Nota: Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*